



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
Superior de Bacharelado em
Gestão de Políticas Públicas
na modalidade presencial

NATAL/RN
2018



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
Superior de Bacharelado em

Gestão de Políticas Públicas

na modalidade presencial

Projeto aprovado pela Resolução nº 096/2018-CONSEPE/UFRN, de 19/06/2018.



REITORA

Ângela Maria Paiva Cruz

VICE-REITOR

José Daniel Diniz Melo

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Maria das Vitórias Vieira Almeida de Sá

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE GRADUAÇÃO

Érika dos Reis Gusmão de Andrade

**DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO
PEDAGÓGICO**

Elda Silva do Nascimento Melo

**COORDENADORA DO SETOR DE
ACOMPANHAMENTO DE CURSOS DE
GRADUAÇÃO**

Anne Cristine da Silva Dantas

**DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS
HUMANAS, LETRAS E ARTES**

Maria das Graças Soares Rodrigues

**VICE - DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS
HUMANAS, LETRAS E ARTES**

Sebastião Faustino Pereira Filho

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Claudio Roberto de Jesus

**VICE- CHEFE DO DEPARTAMENTO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Robério Paulino Rodrigues

**COORDENADORA DO CURSO DE GESTÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Zoraide Souza Pessoa

**VICE - COORDENADOR DO CURSO DE
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Anderson Christopher dos Santos

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Alexsandro Ferreira Cardoso

Lindijane de Souza Bento Almeida

Maria do Livramento Miranda Clementino

Robério Paulino Rodrigues

Zoraide Souza Pessoa

PROFESSORES DO CURSO

Alan Daniel Freire de Lacerda

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva

Anderson Cristopher dos Santos

Cláudio Roberto de Jesus

Fabio Fonseca Figueiredo

Fernando Manuel Rocha da Cruz

Joana Tereza Vaz de Moura

Lindijane de Souza Bento Almeida

Marcio Moraes Valença

Maria do Livramento Miranda Clementino

Robério Paulino Rodrigues

Sandra Cristina Gomes

Sara Raquel Fernandes Queiroz de
Medeiros

Soraia Maria do Socorro Carlos Vidal

WinifredKnox

Zoraide Souza Pessoa

**ASSESSORIA TÉCNICA EDUCACIONAL DO
CURSO GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Felipe Tavares de Araújo
Viana Patricio Barbosa Neto

**SECRETARIA DA COORDENAÇÃO DO
CURSO GESTÃO DE POLÍTICAS**

Francisco Diego Jacinto Alves De Oliveira

**SECRETARIA DO DEPARTAMENTO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Daniele Gomes Da Silva Soares

ASSESSORIA E REVISÃO PEDAGÓGICA

Ana Rita Rodrigues dos Santos
Anne Cristine da Silva Dantas
Jose Carlos de Farias Torres
Neyjmme de Fátima Medeiros
Víctor Varela Ferreira Medeiros de Oliveira

SUPORTE TÉCNICO-PEDAGÓGICO

Luana Albuquerque Serafim
Marconi César Catão de Sá Leitão

COLABORADORES

Alan Daniel Freire de Lacerda
Raquel Maria da Costa Silveira

Sumário

1 INTRODUÇÃO	1
2 HISTÓRICO DO CURSO	3
3 OBJETIVO DO CURSO	8
3.1. OBJETIVO GERAL	8
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
4 JUSTIFICATIVA	9
6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	14
6.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO	14
6.2 PERFIL DO EGRESSO.....	15
6.2.1. Competências e Habilidades.....	15
6.2.2 Acompanhamento de Egressos.....	17
6.4 ESTRUTURAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR	28
6.4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO	29
6.4.1.1. Componentes Curriculares do Curso	34
6.4.1.2 Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.....	36
6.4.1.3. Trabalho de conclusão do curso – TCC.....	36
6.4.1.4. Estágio Supervisionado Obrigatório.....	37
6.4.1.5 Atividades complementares e articulação com o ensino, a pesquisa e a extensão..	38
6.4.1.6 Extensão Curricular	39
6.4.2 COMPARATIVO ENTRE AS ESTRUTURAS CURRICULARES.....	40
6.4.3 PLANO DE MIGRAÇÃO	43
7 APOIO AO DISCENTE.....	43
8 AVALIAÇÃO	45
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE 1 - CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	50
ANEXO 1- RESOLUÇÃO ACC	158
ANEXO 2- RESOLUÇÃO TCC	163
ANEXO 3- RESOLUÇÃO EXTENSÃO.....	167
ANEXO 4- RESOLUÇÃO ESTÁGIO.....	180
ANEXO 5- RESOLUÇÃO ATAS COLEGIADO	183
ANEXO 6- DCN E NOTA.....	201
ANEXO 7- PLANO DE MIGRAÇÃO.....	204

1 INTRODUÇÃO

O presente documento institui o novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o qual resultou das discussões coletivas realizadas pelo Colegiado do Curso de Gestão de Políticas Públicas, que conta com a participação de docentes e representação discente, e pelo Núcleo Docente Estruturante.

O novo PPC foi elaborado com base no conteúdo instituído pela Resolução 01/2014 do Ministério da Educação, a qual estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública.

Esta resolução destaca, em seu artigo 1º, que tais diretrizes se aplicam ao campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas. Segundo a Nota Técnica Nº 136/2016/CGLNRS/DPR/SERES/SERES, "as DCN's de Administração Pública abrange e aplica-se aos cursos de Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Social, Gestão de Políticas Públicas e outros cursos que sejam desse campo de investigação e atuação profissional voltado ao Estado e ao Governo".

De acordo com o artigo 3º da Resolução 01/2014 (MEC), os cursos abrangidos pelas DCNs do Campo de Públicas deverão propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores ou gestores públicos na administração pública estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas. Tal formação, por sua vez, deve estar prevista na estrutura curricular de cada curso, presente nos Projetos Pedagógicos de Curso.

Conforme o art. 6º da referida resolução, tais documentos deverão apresentar, entre outros, o perfil do formando, as competências e as habilidades, os componentes curriculares, a imersão profissional ou em

pesquisa, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica, além do regime acadêmico de oferta. Já o art. 11 estabeleceu que a carga horária mínima do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, é de 3.000 horas.

Desse modo, considerando a existência do curso de graduação oferecido pela UFRN desde 2009, que totalizava 2.410 horas, conforme a estrutura curricular de 2014.2, bem como que o atual PCC não abrangia atividades como estágio obrigatório e imersão, tornava-se necessário adequar a estrutura curricular às novas regras existentes e aplicáveis ao que se denomina "Campo de Públicas".

Além das exigências das referidas DCN's, o colegiado e o NDE do curso de GPP realizaram sua revisão considerando o Plano Nacional de Educação (2014/2024), em especial uma das suas metas, qual seja, contemplar, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação em atividades de extensão; o que significa 300 horas na nova estrutura curricular do Curso de Gestão de Políticas Públicas da UFRN.

Trata-se de um documento que explicita os futuros desafios do Departamento de Políticas Públicas e contém uma nova proposta de estrutura curricular que gerará impactos para discentes e docentes conforme será apresentado a seguir.

Deve-se destacar também que a formulação deste documento foi orientada pela atual realidade social e política do Brasil, sendo fundamental a busca pela formação de um profissional que possa atuar na administração pública ou em organizações privadas na busca pela consolidação da democracia e pela efetivação de direitos por meio das políticas públicas.

O presente documento apresenta além da presente introdução, o histórico do curso, os objetivos, a justificativa para a alteração da sua estrutura curricular e a infraestrutura física e de pessoal disponível para as atividades do curso. Em seguida, apresenta a organização curricular, detalhando a

caracterização do curso, o perfil do egresso, as competências e habilidades, e o acompanhamento de egressos. A terceira parte do documento se destina a apresentar a metodologia de implementação do novo PPC. Em seguida, será apresentada a caracterização do curso e o comparativo entre as estruturas curriculares, com o respectivo Plano de Migração e a proposta de avaliação de implementação do novo PPC.

2 HISTÓRICO DO CURSO

O debate acadêmico acerca das políticas públicas tornou-se mais intenso a partir dos anos 80. Os rápidos processos de mudança ocorridos nas sociedades, na última metade do século XX, condicionaram transformações profundas no modo de ação estatal, na natureza das políticas públicas e na própria concepção do papel do Estado na nova conjuntura. Em todo o mundo, discute-se a necessidade de reformar o Estado e, em diferentes países, são experimentadas reformas de natureza e profundidade diversas. Não se deve esquecer também da força das diretrizes reformistas neoliberais que tentam substituir as concepções anteriores, transformando-se numa espécie de pensamento único, em termos do papel a ser desempenhado pelo Estado no contexto de uma economia global.

No Brasil, como resultado da priorização dessa temática nos vários níveis de governo, os estudos sobre o tema têm crescido tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, e esse crescimento foi acompanhado por um aumento dos fundos de financiamento para pesquisas e pela criação de cursos sobre a temática em todos os níveis da formação universitária até 2016. Cresceram também as redes de intercâmbio das universidades brasileiras com os vários países latino-americanos (mas não só entre eles), envolvendo pesquisadores, universidades e órgãos governamentais e não-governamentais interessados na questão da formulação e da gestão de políticas públicas. Também é

importante lembrar o esforço dos últimos governos da União de implementar o Programa de Reestruturação das Instituições de Ensino Superior (REUNI), que permitiu a criação e expansão de 126 cursos de Gestão de Políticas Públicas, e similares, no Brasil, segundo a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP), em 2017.

Temos como resultado o número crescente de pesquisas, de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, no aparecimento, nas universidades e fora delas, das primeiras "Escolas de Governo" e de núcleos de estudos sobre o tema. Nos últimos 10 anos, iniciou-se a expansão dos cursos de graduação, a exemplo do bacharelado em Gestão de Políticas Públicas implantado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 2009, além do próprio avanço do Campo de Públicas no Brasil, reconhecido como tal a partir de 2005, com a criação de grande número de novos cursos de graduação.

Em janeiro de 2014, com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), a institucionalização do Campo de Públicas passa a ocorrer com a criação da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP), a Federação Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas (FENECAP), da Associação Brasileira dos Egressos do Campo de Públicas do Brasil (Pro-Publicas Brasil) e da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP).

Na UFRN, o estudo sobre as políticas públicas vem se desenvolvendo desde a década de 1980. Alguns projetos, envolvendo grupos de pesquisadores de diferentes departamentos, foram realizados, ainda nos anos 1980. Número significativo de professores realizou pós-graduação (mestrado e doutorado) na área ou produziu teses sobre o tema, seja em áreas sociais como as de educação, habitação popular, saúde e assistência social, seja em áreas específicas como as de política agrícola, urbana, de desenvolvimento, entre outras. Essa temática é objeto de pesquisa de professores de diferentes departamentos, incluindo os de Administração, Arquitetura e Urbanismo,

Ciências Sociais, Educação, Geografia, Psicologia, Serviço Social, Economia, Saúde Coletiva e Direito entre outros. Muitas pesquisas, no entanto, se desenvolviam com frágil articulação institucional, às vezes de forma isolada, prescindindo de um debate interdisciplinar. Apesar disso, os grupos se formaram e os mais consolidados conseguiram avanços significativos em termos de visibilidade regional e nacional, com inserção em projetos de pesquisa inter-institucional envolvendo importantes instituições acadêmicas nacionais.

No âmbito da UFRN, cabe destacar importantes iniciativas nos últimos anos relacionadas ao Campo de Públicas:

- a) a criação do Departamento de Políticas Públicas (DPP) e do Curso de Gestão de Políticas Públicas (GPP), em 2009; e,
- b) a criação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) (Mestrado) hoje com três áreas de concentração, sendo uma delas Gestão de Políticas Públicas.

Atualmente, oito grupos de pesquisas vinculados ao DPP/PPEUR desenvolvem estudos relacionados ao tema das Políticas Públicas e Planejamento Urbano. São eles: Economia Criativa e Desenvolvimento Humano, Estado e Políticas Públicas, Cidades Contemporâneas, Laboratório de Estudos Rurais, Estúdio Conceito, Socioeconomia do Meio Ambiente e Política Ambiental e Núcleo Natal do INCT –Observatório das Metrôpoles; Laboratório Interdisciplinar Sociedade, Ambiente e Território.

Em 2014, com a institucionalização do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LabPlan), ampliou-se a capacidade instalada de pesquisa, tanto pela melhoria da infraestrutura como das condições laboratoriais de trabalho e estudo.

Assim, abrindo suas portas para experiências formadoras de profissionais para setores importantes da sociedade, a UFRN criou o Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas - Bacharelado, contribuindo para o

melhoramento do setor público no país, na região Nordeste e no Rio Grande do Norte, numa perspectiva de formação interdisciplinar dos futuros gestores e técnicas das organizações governamentais e não-governamentais. O presente curso constituiu-se em mais uma iniciativa da UFRN em resposta às demandas da sociedade e à necessidade premente de aglutinação dos estudos, dos pesquisadores e do aprofundamento teórico da temática sob o ponto de vista interdisciplinar. Esse curso integrou o Plano de Expansão da UFRN, conforme princípios e diretrizes do REUNI, para o período 2009-2012. Assim, proporcionou aumento da oferta de vagas no ensino de graduação, com meta anual para formação de 120 bacharéis gestores em políticas públicas, em um curso com estrutura curricular flexível e capaz de oferecer novos desenhos itinerários formativos.

O GPP formou a sua primeira turma em 2012.1 e até o presente momento conta com 12 turmas concluintes e a formação de 308 gestores de políticas públicas. Além disso, em 2012, recebeu a primeira avaliação do MEC, a qual obteve a nota 4, o que demonstrou o bom desempenho da proposta na sua fase de implementação. Hoje, é considerado um dos cursos do Campo de Públicas consolidado com pioneirismo e protagonismo.

Além de formar gestores de políticas públicas que são absorvidos no mercado de trabalho, vêm contribuindo para a formação de pesquisadores e docentes, tendo como exemplo o elevado número de alunos egressos sendo aprovados nos processos seletivos de pós-graduação na UFRN e fora dela.

Deve-se destacar, ainda, a inserção dos egressos do GPP no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) como também em outros programas de Pós-graduação da UFRN e de outras instituições fora do Estado, os quais vêm obtendo boa classificação e demonstrando forte presença nos processos seletivos.

Diante da temporalidade existencial do curso, desde sua criação em 2009, tem-se um total de 308 egressos (2017.2). Com base em pesquisa de

egressos realizados pela CPA-UFRN períodos (2008 -2012) e (2010-2014 bem como pesquisa realizada pela Coordenação GPP e pelos Técnicos em Assuntos Educacionais (TAES) do Curso, via questionário on-line com os egressos.

Na pesquisa da CPA nos períodos citados, teve-se um total 56 respondentes e na pesquisa Coordenação GPP/TAES, 2017/2018, obteve-se um total de 123 respondentes. Os dados das referidas pesquisas apontam para um perfil de egressos do CGPP, de formados jovens, com idade média de 29 anos. 57,72% estão trabalhando, mas 21,95% estão ocupados na área de GPP. 47,15% pretendem continuar a formação acadêmica em nível de pós-graduação na área de GPP, outros. Os demais, não sabe se querem cursar Pós-Graduação, assim como outros que não pretendem. É interessante ressaltar o nível de satisfação em relação ao Curso apontado pelos egressos.

Em relação a inserção dos egressos de GPP no mercado de trabalho pudemos observar que quase um quarto dos egressos estão empregados e atuando na área de formação do curso, e apesar de apenas um quarto estar atuando na área de GPP, temos cerca de 38,46% dos alunos que, mesmo não estando empregados e atuando especificamente na área de GPP, estão empregados em outras áreas. Assim, somados os percentuais, temos cerca de 62,64% dos alunos egressos empregados. Ainda é possível observar que 8,79% dos alunos continuam a jornada acadêmica estando a realizar cursos de pós-graduação tanto na UFRN como em outras IES.

Em contrapartida, existem ainda 17,58% dos egressos que estão desempregados e não têm em vista possibilidades de atuação na área de GPP, enquanto cerca de 3,30% dos egressos que estão desempregados, além de não terem expectativa de atuação na área de GPP, declaram a sua não pretensão de atuar na área.

Análises realizadas por docentes do Curso em publicações, apontam nessa mesma direção de caracterização dos egressos de GPP não apenas da

realidade local, mas comparada a outras realidade dos cursos do Campo de Pública a nível nacional. Destaque para a publicação de ALMEIDA, L.S.B. et al (2017). Gestão Metropolitana e os profissionais do campo de públicas: entre a formação e a inserção. In.: LIMA, L.; RODRIGUES, M.I.A. (ORGs.). Campo de públicas em ação: coletânea em teoria e gestão de políticas públicas. 1 ed. Porto Alegre (RS): UFRGS/CEGOV, 2017, p.41-64.

É importante ressaltar que iniciativas vem sendo construídas para ampliar a inserção no mercado de trabalho bem como o reconhecimento profissional dos gestores de políticas públicas. No âmbito local, a Câmara Municipal de Natal criou em 2017 uma Frente Parlamentar para fortalecer o gestor de políticas públicas e sua inserção profissional bem como o campo de públicas.

Outras iniciativas se destacam nessa perspectiva como ações dos discentes e docentes no âmbito local, regional e nacional do curso para fortalecer o profissional em gestão de políticas públicas como a criação da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Pública (ANEPCP) criada em (2014); a realização de Encontros Regionais de Estudantes do Campo de Públicas (ERECAP) e de Encontros Nacionais de Estudantes do Campo de Públicas (ENEAP) que ocorrem anualmente.

Todo esse conjunto de iniciativas fortalece o reconhecimento do potencial do egresso em Gestão de Políticas Públicas e sua crescente inserção nos mercados de trabalho local, regional e nacional que apresenta uma tendência de ampliação a cada ano.

3 OBJETIVO DO CURSO

3.1. Objetivo Geral

Formar gestores com visão generalista e crítica sobre a gestão governamental e não-governamental das políticas públicas, comprometidos com a Ética e a responsabilidade social.

3.2. Objetivos Específicos

- a) Formar gestores com visão global e interdisciplinar;
- b) Formar gestores com capacidade de liderança na tomada de decisões e gerenciamento de políticas públicas, com base nos princípios de justiça social e participação;
- c) Dotar o gestor de Políticas Públicas de instrumentos e mecanismo que o permitam integrar programas de políticas públicas, otimizar recursos públicos, formular e reformular planos, programas e projetos, monitorar e avaliar políticas públicas;
- d) Formar gestores com capacidade de atuar no serviço público brasileiro e nas organizações sociais não-governamentais nos três níveis de governo;
- e) Formar gestores com capacidade de inovação, iniciativa e criatividade.

4 JUSTIFICATIVA

Esta edição revisada do Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Gestão de Políticas de Políticas Públicas – Bacharelado, decorre da avaliação de quatro experiências:

- a) avaliação de reconhecimento do curso, realizado pelo MEC em 2012;
- b) avaliação efetivada pela Comissão de Avaliação Permanente da UFRN, em 2014;

- c) avaliação permanente realizada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do GPP; e
- d) pela exigência das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos do Campo de Públicas (Resolução CNE/CES Nº 1, de 13 de janeiro de 2014), exigência essa ratificada pela Nota Técnica Nº 136/2016/CGLNRS/DPR/SERES/SERES, de 1º de junho de 2016 do MEC, que dispõe: "Tratando-se de um campo multidisciplinar, a DCN abrange e aplica-se aos cursos de Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Social, Gestão de Políticas Públicas e outros cursos que sejam desse campo de investigação e atuação profissional voltado ao Estado e ao Governo".

Importa destacar, que a experiência efetiva do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas - Bacharelado ensejou um novo conjunto de pesquisas e atividades de intervenção no campo específico das diversas áreas da gestão pública, bem como de implementação e avaliação de políticas públicas para o país e a região. A criação desse curso contribuiu para o aprofundamento teórico do tema, e para o aprimoramento das pesquisas e a melhoria qualitativa da intervenção da UFRN nessa área específica, ampliando, em particular, os canais de interlocução entre a Universidade e a sociedade norte-rio-grandense.

O Rio Grande do Norte, que trata-se de um estado carente de gestores com formação própria, possibilitar qualificar e profissionalizar os serviços públicos com incremento técnico aplicado na sua realização, é uma estratégia para melhoria do seu desenvolvimento. A carência técnica profissional se estende além do quadro do governo do estado, há aqueles de seus 167 municípios, dos quais, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil estabelecido em 2013 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fundação João

Pinheiro - (PNUD, IPEA e FJP, 2013) mais de 50% apresentam médio desenvolvimento humano, compostos por populações vulneráveis e pobres. O que constitui num desafio para a gestão pública melhorar esse cenário nos municípios do Rio Grande Norte. Por outro lado, a descentralização das políticas públicas no Brasil se faz não só com a distribuição de recursos às esferas sub-nacionais pela União. A Constituição de 1988 distribuiu muitos encargos, e os estados e municípios carecem de gestores capacitados para bem formular, implementar e avaliar as políticas públicas no âmbito local de governo. Portanto, diante da miríade de problemas que se colocam na realidade da gestão pública, o Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas - Bacharelado na UFRN vem contribuindo em:

- a) profissionalizar os quadros dos governos, especialmente com novos gestores cujos princípios de Ética, responsabilidade social e atenção à coisa pública são elementos básicos na sua formação;
- b) combater a fragmentação institucional, promover a melhor integração entre os níveis de governo, melhorar os setores dos governos, os poderes constituídos e as políticas públicas setoriais;
- c) estabelecer articulações e conexões entre os governos e a sociedade no sentido de promover mecanismos de aplicação do conhecimento gerado;
- d) estabelecer canais permanentes de diálogo entre os governos e a sociedade, consolidando e aperfeiçoando as estruturas já existentes de promoção da democracia participativa, como os Conselhos, os Orçamentos Participativos, as Consultas Públicas, entre outras, e possibilitando o estabelecimento de novos mecanismos.

O gestor de políticas públicas está no centro de qualquer transformação que possa vir a ocorrer no papel desempenhado pelo Estado no futuro. Há necessidade não somente de treinamento ou reciclagem dos gestores públicos, mas de formá-los segundo novos princípios e critérios preparando-os para assumir novas atribuições de forma mais adaptável, flexível, produtiva e criativa. Acredita-se, serão eles a presidir o desaparecimento do antigo e o surgimento de novo padrão de gestão pública, respaldados nos princípios de distinção entre a esfera pública e a privada, baseado em um modelo de gestão participativa efetiva.

Com esse curso, a UFRN vem contribuindo para as transformações do governo e da sociedade, formando gestores de políticas públicas, atuantes em qualquer nível de governo e nas instituições sociais de caráter público (não necessariamente governamental). Urge continuar preparando gestores capazes de formular, implementar e avaliar políticas considerando a participação pública e a responsabilidade social de cada instituição. Vale ainda salientar que o perfil do profissional formado não eliminou a necessidade de os governos terem em seus quadros os demais profissionais, como advogados, arquitetos e urbanistas, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, economistas, administradores públicos, contadores, assistentes sociais etc.

5 INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE PESSOAL

O Departamento de Políticas Públicas está instalado em prédio próprio, construído em 2014, totalizando 02 mil m² de área em quatro pavimentos. No pavimento térreo, estão dispostas as salas administrativas, envolvendo Secretaria do DPP, Chefia DPP, Secretaria do CGPP e Coordenação da Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais. Neste piso, ainda, constam dois auditórios (50 lugares cada), sala multimeios e sala de estudos dos alunos CGPP.

No segundo piso do prédio, estão as salas dos professores, dos Grupos de Pesquisa – ligados ao Departamento e à Pós-graduação – e laboratórios; no terceiro e quarto piso, estão as salas de professores e laboratórios. As salas de aula estão dispostas no Setor II do CCHLA, com quatro salas exclusivas (60 lugares cada) para o CGPP além de laboratório de informática.

Há, ainda, um Destaque Bibliográfico, relacionado aos diversos temas de Políticas Públicas à disposição dos alunos da graduação em CGPP e da Pós-graduação, permitindo maior atualização ao tema e integração entre os alunos, disposto no pavimento térreo do prédio do DPP.

Considerando os Recursos Humanos, o DPP possui quatro servidores lotados nas secretarias, 02 Técnicos de Assuntos Educacionais, além de 16 professores efetivos, todos com doutorado. Com a aprovação das DCNs para o Campo de Públicas, esperamos nova complementação de quadro docente, necessário para ampliar a estrutura existente.

Quadro 01 – Infraestrutura Física do Curso

Ambiente	Qtd.	Capacidade de Atendimento Discente	Descrição do Ambiente
Instalação 01	3	180	Salas de Aula (17,18,19,117)
Instalação 02	01	25	Laboratório de Informática (I6)
Instalação 03	02	100 (50 cada)	Auditórios LABPLAN
Instalação 04	02	43 (20 Multimeios I; 23 Multimeios II)	Multimeios I e II
Instalação 05	01	02	Secretaria da Coordenação do Curso (DPP-A3)
Instalação 06	01	06	Coordenador do Curso e Atendimento ao Aluno (DPP-A4)
Instalação 07	01	02	Secretaria do Departamento (DPP-A8)
Instalação 08	01	04	Destaque Bibliográfico (DPP-A9)
Instalação 09	01	14	Sala de Leitura (DPP-D19)
Instalação 10	01	04	Sala do TAE 1 (DPP-C7)
Instalação 11	01	02	Sala do TAE 2 (DPP-C8)
Instalação 12	01	25	Laboratório de Informática II (DPP-C9)
Instalação 13	01	17	Observatório das Metrôpoles (DPP-B9)
Instalação 14	01	18	Sala da Empresa Júnior GESTARC (DPP-A3)
Instalação 15	01	13	Sala de Pesquisa Rotativa (DPP-D17)

Instalação 16	01	12	Grupo de Pesquisa Cidades Contemporâneas (DPP-18)
Instalação 17	01	17	Grupo De Pesquisa Estado e Políticas Públicas (DPP-B17)
Instalação 18	01	11	Grupo de Pesquisa Estúdio Conceito (DPP-D13)
Instalação 19	01	10	Grupo de Pesquisa Labrural – Laboratório I (DPP-B11)
Instalação 20	01	13	Grupo de Pesquisa Labrural – Laboratório II (DPP-B16)
Instalação 21	01	20	Grupo de Pesquisa LISAT/ Grupo de Pesquisa Estudos Urbanos e Regionais (DPP-B15)
Instalação 22	01	16	Grupo de Pesquisa SEMAPA (DPP-C17)
Instalação 23	01	12	Grupo de Pesquisa Economia Criativa e Desenvolvimento Humano (DPP-C15)
Instalação 24	01	11	Biblioteca - Acervo Digital de Políticas Públicas – ADIPP
Instalação 25	16	06 (cada sala)	Salas Docentes (16 Salas Individuais: DPP-B1, DPP-B2, DPP-B3, DPP-B4, DPP-B5, DPP-B10, DPP-C1, DPP-C2, DPP-C3, DPP-C4, DPP-C5, DPP-D1, DPP-D2, DPP-D3, DPP-D5, DPP-D7, DPP-D8)
Instalação 26	01	100 (aprox.)	Praça de Convivência (Setor II)

Quadro 02 – Pessoal docente do Curso

ÁREA DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	QTD.	VÍNCULO INSTITUCIONAL
Administração	Doutorado	Integral	01	Estatutário
Arquitetura e Urbanismo	Doutorado	Integral	02	Estatutário
Ciências Sociais	Doutorado	Integral	08	Estatutário
Economia	Doutorado	Integral	03	Estatutário
Geografia	Doutorado	Integral	01	Estatutário
Serviço Social	Doutorado	Integral	01	Estatutário
Total			16	

Quadro 03 – Pessoal Técnico-Administrativo em Educação do Curso

CARGO	REGIME DE TRABALHO	QTD.	VÍNCULO INSTITUCIONAL
Técnico de Assuntos Educacionais	Integral	02	Estatutário
Secretário Técnico-Administrativo	Integral	04	Estatutário

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

6.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO

- **DENOMINAÇÃO:** bacharelado em Gestão de Políticas Públicas
- **MODALIDADE:** presencial
- **ENDEREÇO:** Rua das Humanidades, Setor II, UFRN-CCHLA-DPP - Lagoa Nova, Natal - RN.
- **NÚMERO DE VAGAS ANUAIS AUTORIZADAS:** 120

- **FORMA(S) DE INGRESSO:** SISU ou Reingresso de 2º ciclo ou ENEM/THE; PEC-G; TIMOR-LESTE e Mobilidade interna
- **CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO:** 3000
- **TURNO(S):** TARDE E NOITE
- **TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO:**
 - Médio: 8 Semestres
 - Máximo: 12 semestres

- Observação: o período de integralização poderá ser inferior, desde que supervisionado pela instituição e de acordo com a legislação (Resolução CES/CNE N° 02/2007 e 04/2009).

- **DEPARTAMENTO(S)/UNIDADE(S) QUE ATENDE(M) O CURSO:**
Departamento de Políticas Públicas, Departamento de Estatística, Departamento de Demografia, Departamento de Geografia, Departamento de Letras, Departamento de Direito Público, Departamento Línguas e Literaturas Estrangeiras, Departamento de Economia, Departamento de Contabilidade, Departamento de Antropologia.

6.2 PERFIL DO EGRESSO

O formando do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas - Bacharelado deverá ser capaz de exercer atividades de nível superior, relacionadas com a gestão governamental e de instituições sociais, como também aquelas relacionadas com a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas, compreendendo ações de direção, consultoria, assessoramento, planejamento, coordenação e execução

6.2.1. Competências e Habilidades

O gestor em políticas públicas formado pela UFRN deverá ser capaz de

- a) trabalhar em equipes multiprofissionais e com gestão participativa;
- b) aplicar métodos qualitativos e quantitativos, com visão global e interdisciplinar;
- c) assumir posições de liderança no desenvolvimento das atividades de direção, coordenação, consultoria, assessoria, planejamento, execução e avaliação de políticas públicas;
- d) tomar decisões e gerenciar políticas públicas, com base nos princípios cidadãos de justiça social e participação;
- e) compreender os fenômenos e as necessidades que envolvem a vida moderna, a existência do cidadão e a sociedade contemporânea;
- f) compreender as relações entre o Estado e a Sociedade no mundo atual, os fundamentos teóricos da agenda contemporânea, a dinâmica das organizações públicas e sociais, sua cultura e seu comportamento;
- g) analisar os modelos e os instrumentos de gestão pública, a estruturação de organismos governamentais e não governamentais formuladores e implementadores de políticas públicas;
- h) compreender o papel do dirigente e do gestor público, com atribuições de integrar programas de políticas públicas, de otimizar recursos públicos, de reformular programas e projetos, de monitorar e avaliar políticas públicas;
- i) selecionar e utilizar instrumentos de políticas públicas de modo a estabelecer relações intergovernamentais e interinstitucionais e promover a interlocução, a negociação e a formalização de resultados;
- j) compreender os princípios básicos do serviço público brasileiro e das organizações sociais não-governamentais nos três níveis de governo;
- k) formular políticas públicas, propondo estruturas e modelos de gerenciamento;
- l) propor a simplificação e o aperfeiçoamento dos modelos gerenciais, demonstrando iniciativa e criatividade.

6.2.2 Acompanhamento de Egressos

A política de gestão, prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) desta Universidade, estabelece a utilização de mecanismos para acompanhar o egresso da UFRN e avaliar sua inserção profissional e a relação entre a formação recebida e sua ocupação. Com esse fim, realiza-se bienalmente uma pesquisa com egressos dos cursos de graduação, regulamentada pela Resolução nº 079/2004 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da UFRN, que aprova o projeto de autoavaliação da Instituição. A coleta de dados é realizada no segundo semestre dos anos ímpares e, posteriormente à sua tabulação, os resultados são disseminados para a comunidade interna e externa a partir do Portal do Egresso (<http://www.portaldoegresso.ufrn.br>) para fins de avaliação, planejamento e retroalimentação curricular. A referida pesquisa é competência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) conjuntamente com a Pró-Reitoria de Planejamento da UFRN.

Em relação ao Curso de Graduação de Gestão de Políticas Públicas, pode-se ressaltar que a Coordenação apoiada pelo Núcleo Docente Estruturante e pelos Técnicos de Assuntos Educacionais, acompanha os egressos, a partir de pesquisas de caráter quantitativo e qualitativo, no que se refere à sua inserção no mercado de trabalho. Outra ação, é o estímulo a participação em eventos regulares promovidos pela Instituição como a Mostra de Profissões e a Semana de Integração do Curso realizado semestralmente pela Coordenação CGPP. Nesses eventos, os egressos, apresentam sua experiência de vivência acadêmica no Curso como sua inserção profissional após a conclusão.

A política de acompanhamento dos egressos, para além da desenvolvida pela UFRN, deverá partir da busca pela compreensão dos espaços ocupados pelos egressos do curso no setor público, setor privado e sociedade civil.

6.3 METODOLOGIA

O Curso de Gestão de Políticas Públicas (CGPP) é metodologicamente estruturado num viés interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar, estando de acordo com a DCN - Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014, que regulamenta os cursos da área de Administração Pública, mais conhecido como Campo de Públicas e ratificado pela Nota Técnica Nº 136/2016/CGLNRS/DPR/SERES/SERES, de 1º de junho de 2016 do MEC, que dispõe: "Tratando-se de um campo multidisciplinar, a DCN abrange e aplica-se aos cursos de Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Social, Gestão de Políticas Públicas e outros cursos que sejam desse campo de investigação e atuação profissional voltado ao Estado e ao Governo".

Com base nesses documentos regulatórios do Campo de Públicas e no Plano Nacional de Educação (2014/2024) definido pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, o CGPP reestruturou sua matriz curricular, organizando-a para que os egressos pudessem ampliar e adequar as suas competências e habilidades de acordo com essa DCN, tendo uma formação de 3000 horas como carga horária total (CHT) de integralização curricular, realização de estágio obrigatório curricular, inserção de extensão universitária e atividades complementares com formação obrigatória.

Os componentes curriculares do CGPP estão organizados de modo a permitir a formação básica, profissional e complementar com aquisição de conhecimentos que permitam o exercício ético com base em princípios democráticos e humanísticos na resolução de problemas públicos no contexto da gestão pública.

De acordo com essas orientações, a estrutura curricular do Curso GPP está organizada em três estruturas de formação que diz respeito as habilidades que devem ser exercitadas e apreendidas pelos discentes do curso, que são: 1- básica, 2-profissional e 3- complementar. Nas estruturas de formação básica e

profissional, são organizadas por seis eixos formadores, denominados: 1- Instrumental, 2-Cidadão, 3-Organização social e dos governos, 4-Gestão Pública e 5-Planejamento e Políticas que servem de guia estrutural para a formação no CGPP, conforme se observa no Quadro 04 a seguir.

Quadro 4 - Distribuição da Carga Horária Total por estruturas de formação e eixos de formadores

ESTRUTURAS DE FORMAÇÃO	EIXO FORMADORES	CARGA HORÁRIA (EM HORAS)	PERCENTUAL NO TOTAL DA CARGA HORÁRIA	CARGA HORÁRIA MÍNIMA OBRIGATÓRIA POR EIXO	PERCENTUAL MÍNIMA POR EIXO
1-BÁSICA	1-Instrumental	360	12%	270	75,0%
	2- Cidadão	450	15%	330	73,3%
	3-Organização social e dos governos	510	17%	390	76,5%
2-PROFISSIONAL	4-Gestão pública	390	13%	390	100%
	5- Planejamento e políticas públicas	1140	38%	1110	100%
3-COMPLEMENTAR	Atividades Complementar	150	5%	150	100%
CHT	CHT Carga Horária Total	3000	100%	2640	88,0%

Para garantir a necessária distribuição da escolha das disciplinas dos três primeiros eixos de formação, o aluno terá de cursar, a carga horária mínima de cada eixo, conforme se observa no Quadro 4 acima. Os créditos não obtidos segundo a oferta do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas - Bacharelado poderão ser cursados em qualquer outro curso da UFRN ou Instituição de Ensino Superior (IFES), desde que durante o período em que o aluno esteja matriculado no Curso e de acordo com as diretrizes de aproveitamento de estudos da UFRN e com o aval da Coordenação ou do Colegiado do Curso. Com isso, o aluno – junto com o seu *Orientador Acadêmico* – poderá construir o próprio perfil de seu curso, buscando a

formação complementar desejada. Poderá, portanto, cursar disciplinas – se disponíveis – em cursos como os de Ciências Sociais, Geografia, História, Economia, Direito, Administração, Assistência Social, Saúde Pública, Educação, Arquitetura e Urbanismo, entre outros.

A proposta curricular do CGPP, além das características já elencadas, permite flexibilidade com uma matriz atualizada de componentes optativos e obrigatórios as expectativas de conteúdos exigidas pela DCN DCN - Resolução CNE/CES nº 1/2014. Bem como permite, a realização de componentes curriculares optativos eletivos de acordo com a Resolução nº 171/2013 - CONSEPE, de no máximo 240 horas para integralização curricular. Com base no Quadro 4 acima, pode-se observar como se apresenta cada uma das estruturas de formação do CGPPE que orienta a descrição a seguir:

1) Estrutura de Formação Básica - (1320 horas = 44% CHT): é integrada pelos por três eixos formadores: Instrumental, Cidadão, Organização social e dos governos que é composto pelos conteúdos da básicos, conforme prevê a DCN - Resolução CNE/CES nº 1/2014, § 1º:

- I - conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;
- II - estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação;
- III - conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação;
- IV - conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros.

A estrutura básica do curso é formada integralmente por disciplinas optativas, o que permite flexibilidade na composição curricular pelo ingressante no Curso, que lhe é facultado construir seu caminho curricular ao longo de sua trajetória acadêmica.

- **Eixo Instrumental - (360 horas/12% CHT):**tem como objetivo dotar o discente de meios técnicos e instrumentais desenvolvendo um conjunto de habilidades necessário para o pleno desenvolvimento das ações relativas a um pesquisador e gestor de Políticas Públicas. São relacionados os conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação, metodológica, matemática, tecnologias da comunicação e da informação e ético-profissionais através dos seguintes componentes curriculares. Neste eixo, terá como carga horária mínima obrigatória de 75,0% a ser cursada para integralização desse eixo de formação:

- DPP0079 - Análises quantitativas e qualitativas aplicados às políticas públicas
- DDA0304 - Estatística aplicada para o gestor de políticas públicas
- LET0262 - Produção de texto I
- LET0263 - Produção de texto II
- DPP0097 - Metodologia e técnicas de pesquisa
- DPP0094 - Governança e Instrumentos de Gestão Públicas
- LEM2020 - Inglês para fins acadêmicos
- DPP0012 - Ética na Gestão de Políticas Públicas
- LET0568 - Libras

-**Eixo Cidadão - (450 horas/15% CHT):**tem-se como objetivo capacitar os discentes para uma visão crítica das temáticas do mundo contemporâneo. se caracteriza por possibilitar a formação nos seguintes conteúdos básicos: estudos antropológicos e de diversidade étnico-racial e cultural, meio ambiente, direitos humanos, sociológicos, filosóficos, psicológicos que caracteriza os componentes curriculares com ênfase no estado da arte das teorias sobre o Estado e a Sociedade, como também sobre o desenvolvimento econômico, social, político e ambiental do Brasil e do estado do Rio Grande do Norte. Esse eixo tem carga horária mínima obrigatória de 73,3% a ser cursada:

- DPP0077 - Agenda contemporânea I
- DPP078 - Agenda contemporânea II
- DPP0032 - Estado de Direito e Cidadania
- DPP0102 - Sociedade e Políticas Públicas
- DPP0041 - Cultura Política e engajamento cívico
- DPP0099 - Organizações Sociais na Gestão de Políticas Públicas
- DPP0101 - Sociedade, Ambiente e Políticas Públicas
- DAN0024 - Direitos humanos, Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais
- DPP0087 - Desenvolvimento e Políticas Públicas no Brasil e no Rio Grande do Norte
- DDA0309 - Demografia e Políticas Públicas
- DPP0042 - Cultura organizacional

- **Eixo Organização social e dos governos - (510 horas/17% CHT):** tem como objetivo conhecer como são constituídas e funcionam as instituições e os órgãos públicos e sociais, objeto do Curso. As disciplinas contemplam discussões sobre partidos políticos, sistemas de governo, aspectos administrativos e orçamentários dentre outros, sempre na perspectiva comparada a outros governos e experiências. Possibilita, portanto, a formação nos seguintes conteúdos básicos: Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito. Os componentes curriculares que se destacam nesse eixo são e tem carga horária mínima obrigatória de 76,5% a ser cursada para integralização curricular desse eixo formativo:

- DPP0022 - Sistemas de governo
- DPP0089 - Estado, governo e sociedade civil
- DPU0050 - Elementos de Direito Constitucional e Administrativo
- DPP0016 - Transformações Econômicas, Políticas Sociais no Brasil
- DPP0023 - Organização do Estado brasileiro
- DPP0033 - Sistemas eleitorais e partidários
- ECO0099 - Economia do setor público
- DPP0043 - Orçamento e financiamento do setor público brasileiro
- DPP0034 - Partidos políticos e eleições no Brasil
- DPP0062 - Agências multilaterais
- DPP0099 - Organizações Sociais na Gestão de Políticas Públicas
- DPP0095 - Governo e Políticas Públicas Comparadas

- CON0015 - Introdução a auditoria pública e governamental
- DPP0103 - Tópicos Especiais I
- DPP0104 - Tópicos Especiais II

2) Estrutura de Formação Profissional - (1530 horas/51% CHT): são integrados os eixos formadores: Gestão Pública e Planejamento e Políticas, constituídos por componentes curriculares obrigatórios em sua totalidade e que são delineados considerando os conteúdos da formação profissional de acordo com o que prevê a DCN - Resolução CNE/CES nº 1/2014, § 2º:

Os conteúdos de formação profissional deverão incluir aqueles sobre governos e políticas públicas comparadas, conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos, e conteúdos complementares ou especializados, oferecendo ao formando a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.

- Eixo Gestão Pública - (390 Horas/13% CHT): tem como objetivo analisar, em cada nível de governo e nas instituições sociais, as formas e modelos de gestão mais adotados. Neste caso, são contemplados temas peculiares do estudo acadêmico e profissional das políticas públicas e da gestão governamental que integram os conteúdos dos seguintes componentes:

- DPP0096 - Introdução às políticas públicas
- DPP0092 - Gestão pública no Brasil contemporâneo
- DGE0188 - Gestão do Território
- DPP0035 - Gestão e instituições sociais
- DPP0086 - Democracia e participação na gestão pública
- DPP0091 - Gestão municipal e metropolitana
- DPP0093 - Gestão Participativa
- DPP0098 - Modelos de análise de políticas públicas

- Eixo Planejamento e Políticas - (1140 Horas/38% CHT): visa exercitar as habilidades práticas relativas ao exercício do planejamento e gestão de políticas públicas, como a formulação de planos, projetos, programas, relatórios, pareceres, monitoramento, avaliação, levantamentos, análises,

diagnósticos etc. Esse eixo do Curso GPP integra componentes curriculares com foco na aplicação prática de conteúdos complementares ou especializados, transversais, interdisciplinar e aplicados que estão contemplados nos seguintes os componentes:

- DPP0080 - Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada I
- DPP0081 -Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada II
- DPP0082 -Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada III
- DPP0084 -Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada IV
- DPP0085 -Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada V
- DPP0086 -Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada VI
- DPP0088 -Estágio Curricular Supervisionado
- DPP0090 -Vivências Públicas de Extensão Universitária
- DPP0106 -Projeto de TCC
- DPP0107 -TCC

Nesse eixo formativo, se destaca os Ateliês de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada (I a VI) que permitem aliar teoria e prática a extensão universitária. Esse componentes também se destacam pelo caráter inovador de aliar exercícios simulados de aplicação prática. Sua realização, opta por metodologias didáticas que privilegia o protagonismo ativo e participativo dos discentes na realização dos exercícios numa perspectiva de construção de capacidades organizativa, coordenada e de planejamento como essência do processo de aprendizagem. Os seis Ateliês de Gestão de Políticas Públicas serão ministrados sempre por 2 (dois) professores, sendo, para cada um, a carga horária de 120 horas, garantindo que os professores trabalhem juntos na sala de aula. Poderão participar ainda dos Ateliês os bolsistas de pós-graduação em estágio docência ou docência assistida bem como monitores da graduação. Os Ateliês serão ofertados apenas uma vez por ano, sendo os de número ímpar, no primeiro semestre, e os de número par, no segundo.

É importante destacar que os alunos poderão contar com os laboratórios do Curso (informática, base de dados e documentação etc.) para realização das atividades do eixo de formação *Planejamento e Políticas Públicas*.

A extensão Universitária como formação curricular obrigatória se insere no contexto dos seguintes componentes curriculares que objetiva o desenvolvimento de ações baseados nos conhecimentos obtidos na formação básica e profissional e que tenha repercussão sobre as desigualdades sociais. A extensão no CGPP e sua inserção curricular está definida na Resolução nº03/2018 - GPP, aprovada minutapelo Colegiado de Curso em 27 de abril de 2018 (Anexo 3):

- DPP0080 - Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada I
- DPP0081 -Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada II
- DPP0082 -Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada III
- DPP0084 -Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada IV
- DPP0085 -Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada V
- DPP0086 -Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada VI
- DPP0090 -Vivências Públicas de Extensão Universitária

3) Formação Complementar (150 horas/5% CHT): se caracteriza pela integralização via aproveitamento de atividade de ensino, pesquisa, extensão que permitida o aproveitamento do Componente Curricular, abaixo e que é regulamentada pela Resolução nº 01/2018 -GPP, aprovada pelo Colegiado de Curso em 27 de abril de 2018 (Anexo 1):

- DPP0069 - Atividades Complementares de Curso

A estrutura curricular proposta foi discutida pelo NDE do Curso GPP sendo apreciada e aprovada pelo Colegiado do Curso (Anexo 5). Apresenta-se não apenas atualizada as exigências da DCN do Campo de Públicas e ao Plano Nacional de Ensino, como também preza pela flexibilidade curricular, permitindo um leque qualificado de opções de componentes curriculares optativos que privilegia tornar sua formação básica ampla.

Assim, como estruturou a formação profissional por componentes curriculares obrigatórios, mas apresenta um baixo nível de pré-requisitos e co-requisitos. Apenas o Componente DPP0100 -Projeto de TCC é pré-requisito para DPP0047 -TCC.

Destaca-se também a abordagem de conteúdos do Meio Ambiente e da Educação Ambiental que estão transversalmente inseridos no Componente: DPP0101 - Sociedade, Ambiente e Políticas Públicas, mas que também pode ser cursado por outras disciplinas optativas ofertadas por Departamentos. Do mesmo modo, também estão inseridos os componentes da Diversidade cultural/relações étnico -raciais e do direito humanos que estão inseridos nos componentes: DAN0024 - Direitos humanos, Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais e DPP0032 - Estado de Direito e Cidadania.

Em relação a acessibilidade metodológica, a estrutura curricular oferece de forma optativa o componente: LET0568 - Libras. Nos casos, que apresentarem a intervenção mais específica de abordagens metodológicas acessíveis, será demandado suporte da Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidade Educacionais Especiais (CAENE) e outros serviços disponibilizados pela UFRN de apoio ao discentes.

O estágio integra a estrutura curricular de forma obrigatória e é estruturado através do Componente: DPP0088 -Estágio Curricular Supervisionado, será supervisionado de forma coletiva. A sua realização obedece as regulamentações do estágio: Lei nº 11.788/2008, Resolução nº 1/2014- DCN /CNE/CES nº 1/2014, Art. 7º que prevê a realização de estágio

propriamente dito ou através da imersão acadêmica em pesquisa e outras atividades. Também foi considerado em sua definição a Resolução nº 171/2013 - CONSEPE, Seção IV. Desse modo, o estágio estará regulamentado através da Resolução nº 04/2018 - GPP, aprovada pelo Colegiado de Curso em 27 de abril de 2018 (Anexo 4).

No que diz respeito ao Trabalho de Conclusão de Curso, integra a formação obrigatória e profissional da Estrutura Curricular e sua realização assume vários formatos de trabalhos, sendo regulamentado pela Resolução nº02/2018 - GPP, aprovada pelo Colegiado de Curso em 27 de abril de 2018 (Anexo 2),

Enfim, considerando o objetivo do curso, o perfil delineado para o formando, as competências e habilidades que deverão ser desenvolvidas, a formação está fundamentada nas estruturas de formação e eixos de formadores apresentados. Nessa perspectiva, as disciplinas e atividades pedagógicas deverão proporcionar o entendimento sobre os princípios da ética, do respeito, da promoção dos direitos humanos, da justiça social, da participação política e da legalidade democrática. Os estudos são interdependentes de tal forma que ao gestor seja possível a compreensão crítica de qual deva ser o melhor desenho de política pública para o serviço público brasileiro. Todos os componentes curriculares do Curso se inter-relacionam, na perspectiva de articular o conhecimento teórico com a ação prática na análise e na intervenção relacionadas com a gestão de políticas públicas.

Assim, no Curso, serão desenvolvidas atividades pedagógicas que estimulem a elaboração e a implementação de agendas públicas. Sem viés tecnicista, o curso objetiva instrumentalizar o aluno com ferramentas e procedimentos metodológicos para o diagnóstico abrangente dos problemas e a busca de soluções adequadas.

O gestor de políticas públicas deve ser capaz de elaborar um diagnóstico adequado, construir indicadores de monitoramento e avaliação e

levar em conta as demandas provenientes da sociedade, incluindo os movimentos sociais e as instituições representativas dos diversos interesses em pauta. A transdisciplinaridade, característica do Curso, deve promover a apreensão de valores éticos e o respeito aos direitos humanos. Em conformidade com as diretrizes e os princípios da DCNs do Cursos do Campo de Públicas, as disciplinas e as atividades do Curso devem propiciar ao aluno uma visão plural, interdisciplinar e intersetorial da gestão de políticas públicas, conferindo-lhe autonomia intelectual e profissional para dar continuidade à sua formação, fazendo frente às novas demandas e uma agenda inclusiva contemplando questões relacionadas a: diversidade cultural, ambiental, política, social e econômica.

Destaca-se que o curso de **graduação em Gestão de Políticas Públicas**, oferecido pela UFRN, visa especializar e aperfeiçoar gestores para entendimento e construção de políticas públicas a partir da perspectiva da participação, discussão inserida transversalmente em todos os conteúdos das disciplinas. Procura-se também fornecer elementos pertinentes ao contexto da sociedade potiguar aos discentes, refletidos em disciplinas específicas dentro do eixo de formação do cidadão.

6.4 ESTRUTURAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR

O curso terá duração mínima de 04 (quatro) anos, distribuídos em 08 (oito) semestres e, máxima de 6 anos (seis anos) ou 12 semestres. Terá carga horária de 3.000 (três mil) horas nos vários componentes curriculares assim distribuídos: carga horária de 1.260 (um mil duzentas e sessenta) horas/aula em disciplinas obrigatórias; e 1.350 (um mil trezentas e cinquenta) oitocentos) horas/aula em disciplinas optativas; 150 (cento e cinquenta) horas em atividades complementares dinamicamente articuladas; 150 (cento e cinquenta) horas de estágio supervisionado e 90 (noventa) horas de TCC.

6.4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO

NOME DO CURSO: Gestão de Políticas Públicas			
CENTRO / DEPARTAMENTO / UNIDADE(S) DE VINCULAÇÃO: CCHLA/DPP/COORDENAÇÃO GPP			
MUNICÍPIO-SEDE: Natal			
MODALIDADE:	<input checked="" type="checkbox"/> Presencial	<input type="checkbox"/> A Distância	
GRAU CONCEDIDO:	<input checked="" type="checkbox"/> Bacharelado	<input type="checkbox"/> Licenciatura	<input type="checkbox"/> Tecnologia

MATRIZ CURRICULAR / EXIGÊNCIAS GERAIS PARA A INTEGRALIZAÇÃO

TURNO(S) DE FUNCIONAMENTO:	<input type="checkbox"/> M	<input type="checkbox"/> T	<input type="checkbox"/> N	<input type="checkbox"/> MT	<input type="checkbox"/> MN	<input checked="" type="checkbox"/> TN	<input type="checkbox"/> MTN
HABILITAÇÃO (caso exista): Gestor(a) em Políticas Públicas							
ÊNFASE (caso exista):							
CARGA HORÁRIA ELETIVA MÁXIMA: 240							
CARGA HORÁRIA POR PERÍODO LETIVO:				Mínima: 300			
Média: 375				Máxima: 450			
TEMPO PARA CONCLUSÃO (prazo em semestres):				Mínimo: 8			
				Padrão: 8			
				Máximo: 12			
PERÍODO LETIVO DE INGRESSO:				1º <input type="checkbox"/> Número de vagas: _____			
				2º <input checked="" type="checkbox"/> Número de vagas: 120			

	CARGA HORÁRIA EM COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS DA ESTRUTURA CURRICULAR								CARGA HORÁRIA OPTATIVA	CARGA HORÁRIA COMPLEMENTAR	CARGA HORÁRIA TOTAL EXIGIDA
	Disciplinas	Módulos	Blocos	Atividades Acadêmicas							
				Atividades de Orientação Individual			Atividades Coletivas				
				Estágios com Orientação Individual	Trabalho de Conclusão de Curso	Atividades Integradoras de Formação	Estágios com Orientação Coletiva	Atividades Integradoras de Formação			
CARGA HORÁRIA PRESENCIAL TEÓRICA	390	-	-	-	-	-	-	-	210		
CARGA HORÁRIA PRESENCIAL PRÁTICA	-	-	-	-	-	-	30	-	360		
CARGA HORÁRIA À DISTÂNCIA TEÓRICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
CARGA HORÁRIA À DISTÂNCIA PRÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

CARGA HORÁRIA DENÃO AULA	-	-	-	-	-	-	120	270			
SUBTOTALS DAS CARGAS HORÁRIAS	390	-	-	-	90	30	150	840	1350	150	3000
PERCENTUAL DA CARGA HORÁRIA TOTAL (%)	13%	-	-	-	3%	1%	5%	28%	45%	5%	

ESTRUTURA CURRICULAR

CÓDIGO DA ESTRUTURA CURRICULAR: **02**

ANO E PERÍODO DE INÍCIO DO FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA CURRICULAR: **2018.2**

Observação para o preenchimento dos quadros a seguir:

Quando se tratar de um Componente Curricular já existente, os pré-requisitos, os correquisitos e as equivalências devem corresponder ao cadastrado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA.

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS					
CÓDIGOS	NOMES DOS COMPONENTES CURRICULARES	CARGAS HORÁRIAS	PRÉ-REQUISITOS	CORREQUISITOS	EQUIVALÊNCIAS
ADM0066	FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	60	—	—	—
ADM0067	NOVAS TECNOLOGIAS NA GESTÃO PÚBLICA	30	—	—	—
DAE0016	ENADE - INGRESSANTE	0	—	—	—
DAE0019	ENADE – CONCLUINTE	0	—	—	—
DAN0007	ANTROPOLOGIA AFRO-BRASILEIRA	60	—	—	—
DAN0022	ANTROPOLOGIA E O ESTUDO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	60	—	—	—
DAN0115	ETNOLOGIA BRASILEIRA I	60	—	—	—
DCS0012	INTRODUCAO A CIENCIA POLITICA	60	—	—	(DCS0005) / (DCS0120)
DCS0013	INTRODUCAO A SOCIOLOGIA	60	—	—	(DCS0029) / (DCS0121)
DEH0064	FORMACAO HISTORICA DO RIO GRANDE DO NORTE	60	—	—	—
DPR0019	DIREITO E LEGISLACAO SOCIAL	60	—	—	(CSH0013) / (DPR0038)
DPR0024	LEGISLACAO SOCIAL E TRABALHISTA	60	—	—	(CSH0014) / (DPR0053)
DPU0050	ELEMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	60	—	—	(DPU0027) / (CON4601)
DPU0099	INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO	30	—	—	—
DPU0137	NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO	60	—	—	—
ECL0018	GESTÃO AMBIENTAL	60	—	—	(PRO1701) / (CIV1202) / (BEZ0142)
ECL0036	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	30	—	—	(ECL0016) / (EZ0130) / (BEZ0045)

ECO0001	INTRODUÇÃO A ECONOMIA I	60	—	—	(ECO0120) / (CSH0099) (ECO0506)/(CO00312) (ECO0042) /ECO0025) (ECO0004) / ECO1102)
ECO0101	INTRODUÇÃO A TEORIA ECONOMICA	60	—	—	(ECO1102)
FIL0001	FILOSOFIA I	60	—	—	(FIL0008) / (ESE0328) / (FIL0201) / (FIL0619) / (ADM0055)
FIL0501	ETICA	60	—	—	(ESE0609) / (DPU0235)
ADM0059	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	60	—	—	(ADM0511) / (CSH0027)
CON0407	PLANEJAMENTO CONTÁBIL TRIBUTÁRIO PARA ADMINISTRAÇÃO	60	CON0701	—	—
DPP0062	AGÊNCIAS MULTILATERAIS	30	—	—	—
DPP0077	AGENDA CONTEMPORÂNEA I	30	—	—	DPP0012
DPP0078	AGENDA CONTEMPORÂNEA II	30	—	—	(DPP0021)
DPP0079	ANÁLISES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS APLICADOS GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	30	—	—	—
CON0015	INTRODUÇÃO À AUDITORIA PÚBLICA E GOVERNAMENTAL	60	—	—	—
DPP0042	CULTURA ORGANIZACIONAL	30	—	—	—
DPP0041	CULTURA POLÍTICA E ENGAJAMENTO CÍVICO	30	—	—	—
DDA0309	DEMOGRAFIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	60	—	—	—
DPP0087	DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO NORTE	60	—	—	—
DAN0024	DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE CULTURAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	60	—	—	—
ECO0099	ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO	30	—	—	—
DPU0050	ELEMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	60	—	—	(DPU0027) / (CON4601)
DPP0032	ESTADO DE DIREITO E CIDADANIA	30	—	—	—
DPP0089	ESTADO, GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	30	—	—	—
DDA0304	ESTATÍSTICA APLICADA PARA O GESTOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS	30	—	—	(EST0247)
DPP0012	ÉTICA NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	30	—	—	—
DPP0094	GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	30	—	—	—
DPP0095	GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS COMPARADAS	60	—	—	—
LEM2020	INGLÊS PARA FINS ACADÊMICOS I	60	—	—	(LET0029) / (LET0040)
LET0568	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	60	—	—	—
DPP0097	METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA	60	—	—	(DPP0031)
DPP0043	ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO	30	—	—	—
DPP0023	ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO	30	—	—	—
DPP0099	ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	30	—	—	—
DPP0034	PARTIDOS POLÍTICOS E ELEIÇÕES NO BRASIL	30	—	—	—
LET0262	PRODUÇÃO DE TEXTO I	30	—	—	—
LET0263	PRODUÇÃO DE TEXTO II	30	—	—	—

DPP0022	SISTEMAS DE GOVERNO	30	—	—	—
DPP0033	SISTEMAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIOS	30	—	—	—
DPP0102	SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS	30	—	—	—
DPP0101	SOCIEDADE, AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS	60	—	—	—
DPP0103	TÓPICOS ESPECIAIS I	30	—	—	—
DPP0104	TÓPICOS ESPECIAIS II	30	—	—	—
DPP0016	TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS NO BRASIL	30	—	—	—
			—	—	—
CARGA HORÁRIA TOTAL		2640			

ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE CURSO					
CÓDIGOS	NOMES DOS COMPONENTES CURRICULARES	CARGAS HORÁRIAS	PRÉ-REQUISITOS	CORREQUISITOS	EQUIVALÊNCIAS
DPP0069	ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE CURSO - ACC	150	—	—	—
CARGA HORÁRIA TOTAL		150			

1º PERÍODO					
CÓDIGOS	NOMES DOS COMPONENTES CURRICULARES	CARGAS HORÁRIAS	PRÉ-REQUISITOS	CORREQUISITOS	EQUIVALÊNCIAS
DPP0096	INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	60	—	—	DPP0014
DPP0080	ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTENSÃO APLICADA I	120	—	—	DPP0010 DPP0026
CARGA HORÁRIA TOTAL		180			

2º PERÍODO					
CÓDIGOS	NOMES DOS COMPONENTES CURRICULARES	CARGAS HORÁRIAS	PRÉ-REQUISITOS	CORREQUISITOS	EQUIVALÊNCIAS
DPP0092	GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	60	—	—	DPP0025
DPP0081	ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTENSÃO APLICADA II	120	DPP0080	—	DPP0020 DPP0027
CARGA HORÁRIA TOTAL		180			

3º PERÍODO					
CÓDIGOS	NOMES DOS COMPONENTES CURRICULARES	CARGAS HORÁRIAS	PRÉ-REQUISITOS	CORREQUISITOS	EQUIVALÊNCIAS
DGE0188	GESTÃO DO TERRITÓRIO	60	—	—	DGE0164
DPP0082	ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTENSÃO APLICADA III	120	—	—	DPP0030 DPP0028

DPP0035	GESTÃO E INSTITUIÇÕES SOCIAIS	30	—	—	—
CARGA HORÁRIA TOTAL		210			

4º PERÍODO					
CÓDIGOS	NOMES DOS COMPONENTES CURRICULARES	CARGAS HORÁRIAS	PRÉ-REQUISITOS	CORREQUISITOS	EQUIVALÊNCIAS
DPP0083	ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTENSÃO APLICADA IV	120	—	—	DPP0040 DPP0029
CARGA HORÁRIA TOTAL		120			

5º PERÍODO					
CÓDIGOS	NOMES DOS COMPONENTES CURRICULARES	CARGAS HORÁRIAS	PRÉ-REQUISITOS	CORREQUISITOS	EQUIVALÊNCIAS
DPP0088	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	150	—	—	—
DPP0086	DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA	60	—	—	—
DPP0084	ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTENSÃO APLICADA	120	—	—	DPP0050 DPP0036
CARGA HORÁRIA TOTAL		330			

6º PERÍODO					
CÓDIGOS	NOMES DOS COMPONENTES CURRICULARES	CARGAS HORÁRIAS	PRÉ-REQUISITOS	CORREQUISITOS	EQUIVALÊNCIAS
DPP0091	GESTÃO MUNICIPAL E METROPOLITANA	30	—	—	DPP0044
DPP0093	GESTÃO PARTICIPATIVA	30	—	—	DPP0063
DPP0085	ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTENSÃO APLICADA VI	120	—	—	DPP0060 DPP0037
CARGA HORÁRIA TOTAL		180			

7º PERÍODO					
CÓDIGOS	NOMES DOS COMPONENTES CURRICULARES	CARGAS HORÁRIAS	PRÉ-REQUISITOS	CORREQUISITOS	EQUIVALÊNCIAS
DPP0100	PROJETO DE TCC	60	—	—	DPP0046 DPP0106
DPP0090	VIVÊNCIAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	120	—	—	—

DPP0098	MODELOS DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	60	—	—	—
CARGA HORÁRIA TOTAL		210			

8º PERÍODO					
CÓDIGOS	NOMES DOS COMPONENTES CURRICULARES	CARGAS HORÁRIAS	PRÉ-REQUISITOS	CORREQUISITOS	EQUIVALÊNCIAS
DPP0107	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC (90 H)	90	DPP0100 DPP0046 DPP0106	—	DPP0070 DPP0047
DPP0069	ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE CURSO - ACC	150	—	—	—
CARGA HORÁRIA TOTAL		240			

6.4.1.1. Componentes Curriculares do Curso

O quadro 4- é ilustrativo da estrutura inovadora a ser adotada na Graduação em Gestão de Políticas Públicas – Bacharelado da UFRN. Os componentes curriculares, conforme explicitado na Metodologia, tem três estruturas de formação e cinco eixos formadores que acomoda a distribuição das disciplinas a serem ministradas durante os 08 (oito) semestres previstos para integralização curricular. Cada Eixo contém um objetivo específico, que é alcançado mediante a oferta de um conjunto de componentes curriculares que atendem aos objetivos propostos. Esse quadro também se insere e o seu respectivo itinerário formativo dispõem de flexibilidade na oferta de cada um de seus componentes, constituindo-se, para efeitos deste projeto, como orientação modelar para oferta semestral do curso.

Quadro 4 - Orientação de Oferta da Estrutura Curricular por disciplinas e atividades do CGPP

Estruturas de Formação	Eixos Formadores	1º SEM	2º SEM	3º SEM	4º SEM	5º SEM	6º SEM	7º SEM	8º SEM	Total	
1- Básica (Opcativas)	1-Instrumental	DPP0079 - Análises quantitativas e qualitativas aplicados às políticas públicas 30	DDA0304 - Estatística aplicada para o gestor de políticas públicas 30	DPP0097 - Metodologia e técnicas de pesquisa 60	LET0263 - Produção de texto II 30	DPP0094 - Governança e Instrumentos de Gestão Públicas 30	LEM2020 - Inglês para fins acadêmicos 60	DPP0012 - Ética na Gestão de Políticas Públicas 30	LET0568 - Libras 60	360	
			LET0262 - Produção de texto I 30								
	2-Cidadão	DPP0077 - Agenda contemporânea I 30	DPP078 - Agenda contemporânea II 30	DPP0032 - Estado de Direito e Cidadania 30	DPP0041 - Cultura Política e engajamento cívico 30	DPP0102 - Sociedade e Políticas Públicas 30	DPP0099 - Organizações Sociais na Gestão de Políticas Públicas 30	DPP0101 - Sociedade, Ambiente e Políticas 60	DAN0024 - Direitos humanos, Diversidade Cultural e Eelações Étnico-Raciais 60		450
					DDA0309 - Demografia e Políticas Públicas 60			DPP0087 - Desenvolvimento e Políticas Públicas no Brasil e no Rio Grande do Norte 60			
	3-Organização social e dos governos	DPU0050 - Elementos de Direito Constitucional e Administrativo DPU0050 60	DPP0089 - Estado, governo e sociedade civil 30	DPP0022 - Sistemas de governo 30	ECC0099 - Economia do setor público 30	DPP0033 - Sistemas eleitorais e partidários 30	DPP0062 - Agências multilaterais 30		DPP0095 - Governo e Políticas Públicas Comparadas 60		510
		DPP0016 - Transformações Econômicas, Políticas Sociais no Brasil 30	DPP0023 - Organização do Estado brasileiro 30		DPP0043 - Orçamento e financiamento do setor público brasileiro 30	DPP0034 - Partidos políticos e eleições no Brasil 30		CON0015 - Introdução a auditoria pública e governamental 60	DPP0103 - Tópicos Especiais I 30	DPP0104 - Tópicos Especiais II 30	
2-Profissional (Obrigatórias)	4- Gestão pública	DPP0096 -Introdução às políticas públicas 60	DPP0092 -Gestão pública no Brasil contemporâneo 60	DGE0188 - Gestão do Território 60		DPP0086 - Democracia e participação na gestão pública 60	DPP0091 - Gestão municipal e metropolitana 30	DPP0098 - Modelos de análise de políticas públicas 60		390	
				DPP0035 - Gestão e instituições sociais 30			DPP0093 - Gestão Participativa 30				
	5- Planejamento e Políticas	DPP0080 - Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada I (90 A +30 E) 120	DPP0081 -Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada II (90 A +30 E) 120	DPP0082 -Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada III (90 A +30 E) 120	DPP0084 -Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada IV (90 A +30 E) 120	DPP0085 -Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada V (90 A +30 E) 120	DPP0086 -Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada VI (90 A +30 E) 120	DPP0100 -Projeto de TCC 60	DPP0107 -TCC 90	1140	
						DPP0088 -Estágio Curricular Supervisionado (30p +120) 150		DPP0090 -Vivências Públicas de Extensão Universitária (30p+90) 120			
3-Complementar		DPP0069 - Atividades Complementares de Curso 150								150	
Carga horária total		330	330	330	330	450	300	420	360	3000	

6.4.1.2 Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso

O Projeto de Trabalho de Conclusão do Curso é componente curricular obrigatório. Constitui-se em um momento de preparação e de planejamento para a execução propriamente dita do TCC. O Projeto deve conter elementos mínimos indicativos como a discussão sobre o tema, problema ou proposta que será realizada, detalhamento da metodologia para sua execução e a bibliografia. O Projeto de TCC pode indicar forma monográfica ou de um plano, um projeto, um diagnóstico ou de outra produção compatível com a natureza do curso. O componente DPP0100 -Projeto de TCC, é uma atividade de orientação individual e tem carga horária de 60 horas. Deve também seguir pelas normas e referências de um trabalho acadêmico, sendo orientado e avaliado por um professor do DPP, designado pelo Colegiado de Curso, As normas de realização do Projeto de TCC estão definidas pela Resolução nº 02/2018 - GPP (Anexo 2).

6.4.1.3. Trabalho de conclusão do curso – TCC

O Trabalho de conclusão do curso é componente curricular obrigatório. Constitui-se em um dos momentos formativos capazes de proporcionar ao formando o aprofundamento e a proficiência no campo da pesquisa e prática, associadas à gestão das políticas públicas. O trabalho poderá ser na forma monográfica ou poderá ser um plano, um projeto, um diagnóstico ou outra produção compatível com a natureza do curso. O componente curricular DPP0107 -TCC, tem carga horária de 90 horas e é atividade de orientação individual, sendo examinado publicamente por, no mínimo, três avaliadores, sendo eles o professor orientador, um membro interno do Departamento de Políticas Públicas e outro interno ou externo ao Curso e/ou a UFRN. Partindo do princípio que o TCC será desenvolvido no último semestre, o discente terá a

opção de acessar um repertório de disciplinas de apoio para construção do TCC: além do Projeto de TCC, preferencialmente elaborado no semestre anterior ao TCC, já que é pré-requisito. As normas de realização do TCC estão definidas pela Resolução nº 02/2018 - GPP (Anexo 2).

6.4.1.4. Estágio Supervisionado Obrigatório

O Estágio Supervisionado é uma atividade acadêmica e formativa para os alunos de GPP que tem como objetivo oferecer a oportunidade da prática de educação profissional. O estágio poderá ser realizado em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, na própria UFRN, e em outras instituições desde que as finalidades destas sejam compatíveis com os objetivos de formação definidos neste Projeto Pedagógico.

Verifica-se uma demanda, especialmente de órgãos do poder público local, por receber estagiários do curso de GPP mesmo sem a obrigatoriedade do Estágio no currículo em vigor, anterior a revisão deste Projeto Pedagógico. Uma média de 40 estágios formalizados por ano na coordenação do curso tem sido observado nos últimos três anos. Há, desta forma, não apenas oportunidade para os alunos de GPP como também uma demanda por parte de instituições que lidam com a gestão de políticas públicas por receber alunos do curso.

O Estágio Supervisionado será atividade obrigatória para fins de conclusão do curso e será orientado pelas normas da Lei Federal nº 11.788/2008 (Lei do Estágio). A atividade de estágio terá a carga horária total de 150 horas e será desenvolvido como Atividade Coletiva de Formação no quinto semestre: DPP0088 -Estágio Curricular Supervisionado (carga horária de 150 horas, sendo 30 horas de orientação coletiva presenciais e 120 horas não presenciais). Os

requisitos mínimos para os alunos poder se matricular na Atividade de Estágio são: estar registrado como aluno do quinto período.

De acordo com § 3º da Lei do Estágio e a DCN 01/2014, as atividades de iniciação científica, monitoria e de extensão serão consideradas como equiparadas ao estágio obrigatório no curso de GPP. Nestes casos, essas atividades acadêmicas poderão ser realizadas a partir de qualquer período de matrícula. Os alunos com registro dessas atividades no SIGAA da UFRN - como bolsistas ou voluntários - e que tenham cumprido carga horária equivalente à da Atividade de Estágio Supervisionado Obrigatório com orientação coletiva, poderão solicitar equiparação, de acordo com as definições da Resolução nº 04/2018 - GPP que regumenta o estágio no CGPP, aprovada pelo colegiado em 24 de abril de 2018 (Anexo4).

6.4.1.5 Atividades complementares e articulação com o ensino, a pesquisa e a extensão

As atividades complementares são consideradas como momentos formativos extra-classe em que o aluno busca atividades consideradas relevantes para sua formação enquanto aluno e também como cidadão. O GPP oferta também, todos os semestres, mini-cursos, oficinas e treinamentos variados abertos para os alunos, organizados pela Assessoria em Assuntos Educacionais do Departamento de Políticas Públicas. Adicionalmente, os alunos de GPP têm também a oportunidade de desenvolver atividades acadêmicas extra-classe a partir de suas inserções em Projetos acadêmicos de diferentes naturezas, como as de pesquisa científica, projetos de extensão e de monitoria. Há, na UFRN, em particular no DPP, vários grupos que há muito vêm se dedicando aos estudos sobre planejamento, gestão governamental, políticas públicas e outras temáticas correlatas. Uma resolução específica regulamenta

as atividades complementares, a qual foi objeto de decisão e normatização pelo colegiado do curso. A integralização ocorre através do componente curricular:DPP0069 - Atividades Complementares de Curso que tem carga horária de 150 horas obedecerá os prazos de matrícula nesse tipo de atividade pela Instituição sendo seu aproveitamento definido pela Resolução nº 01/2018 - GPP. de 24 de abril de 2018.(Anexo 1).

6.4.1.6 Extensão Curricular

As atividades de extensão devem perfazer 300 horas (10% da Carga Horária Total), devendo ser realizadas ao longo do curso. As atividades devem ser desenvolvidas após o ingresso do aluno no Curso de Gestão de Políticas Públicas, não sendo computadas ações anteriores.

As atividades de extensão universitária estão inseridas na Estrutura Curricular do Curso de Gestão de Políticas Públicas, correspondendo às atividades integradoras de formação como Ateliês de Gestão de Políticas Públicas e extensão aplicada I, II, III, IV, V,VI a serem cursadas pelos discentes da forma coletiva, preferencialmente do 1º ao 7º período em ambos os turnos de oferta, e desenvolvidas em ambiente externo à UFRN. As vivências públicas de extensão serão cursadas no 7º período.

No caso dos Ateliês, a extensão será desenvolvida de maneira coletiva e orientadas pelos professores das referidas atividades integradoras, devendo ser articuladas à temática de cada um dos Ateliês, possibilitando desenvolver o protagonismo dos discentes e a intervenção comunitária, considerando a diversidade sociocultural, as desigualdades e desvantagens sociais além da troca de saberes.

No componente curricular Vivências Públicas de Extensão, a extensão universitária a ser desenvolvida consistirá em um Projeto de Extensão Universitária a ser elaborado e aplicado de forma coletiva pelos discentes tendo o docente como orientador e articulador que possibilite desenvolver o protagonismo dos discentes e a intervenção comunitária considerando a diversidade sociocultural, as desigualdades e desvantagens sociais além da troca de saberes.

Os demais aspectos norteadores da extensão curricular no CGPP está regulamentado pela Resolução nº 03/2018-GPP, de 27 de abril de 2018, aprovada pelo Colegiado (Anexo 3).

6.4.2 COMPARATIVO ENTRE AS ESTRUTURAS CURRICULARES

O Curso de Gestão de Políticas Públicas atualiza a sua estrutura curricular visando atender as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos do Campo de Públicas (Resolução CNE/CES Nº 1, de 13 de janeiro de 2014), ratificada pela Nota Técnica Nº 136/2016/CGLNRS/DPR/SERES/SERES, de 1º de junho de 2016 do MEC).

Outra motivação para a atualização da estrutura curricular foi a experiência de avaliação permanente no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE), apontando a necessidade de revisão, contemplando as referidas DCN. Além disso, há que contemplar a nova política para Extensão, que deverá perfazer, no mínimo, 10% da Carga Horária Total do Curso, de acordo com o Plano Nacional de Educação (2014-2024).

As alterações mais importantes foram: a ampliação da Carga Horária Total do Curso, de 2.410 para 3.000 horas; a exigência do Estágio Curricular Obrigatório; e a introdução de atividades de extensão, contemplando 300 horas, ou 10% da Carga Horária Total. Outros aspectos, foi a ampliação e

renovação da formação profissional com a introdução de novos componentes curriculares como obrigatórios.

Por fim, a revisão proposta possibilitará um bom desempenho dos discentes no processo de avaliação do Exame Nacional de desempenho de estudantes (ENADE).

COMPONENTE CURRICULAR	ESTRUTURA ANTIGA		ESTRUTURA NOVA	
	CH	%	CH	%
Componentes Obrigatórios e Optativos – Núcleo Básico (Eixos: Instrumental, Cidadão e Organização social e dos governos)	1260	52,3	1320	44,0
Componentes Obrigatórios e Optativos – Núcleo Profissional (Eixos de Gestão Pública e Planejamento e Políticas)	720	29,9	1290	43,0
Componentes Obrigatórios e Optativos – Núcleo Específico (ACC)	400	16,6	150	5,0
Total em Componentes	2380	98,8	2760	92,0
Estágio Curricular Supervisionado	-	-	150	5,0
Trabalho de Conclusão de Curso	30	1,2	90	3,0
Total em Atividades Acadêmicas Específicas	30	1,2	240	8,0
Total Geral	2410	100,0	3000	100,0

Período	ESTRUTURA ANTIGA			ESTRUTURA NOVA		
	Código	Componente Curricular	CH	Código	Componente Curricular	CH
----	DPP0015	ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE CURSO - ACC	400	DPP0069	ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE CURSO - ACC	150

Período	ESTRUTURA ANTIGA			ESTRUTURA NOVA		
	Código	Componente Curricular	CH	Código	Componente Curricular	CH
1º				DPP0096	INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	60
	DPP0010	ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		DPP0080	ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTENSÃO APLICADA I	120

Período	ESTRUTURA ANTIGA			ESTRUTURA NOVA		
	Código	Componente Curricular	CH	Código	Componente Curricular	CH
2º				DPP0092	GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	60
	DPP0020	ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	120	DPP0081	ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTENSÃO APLICADA II	120

Período	ESTRUTURA ANTIGA			ESTRUTURA NOVA		
	Código	Componente Curricular	CH	Código	Componente Curricular	CH
3º				DGE0188	GESTÃO DO TERRITÓRIO	60
				DPP0035	GESTÃO E INSTITUIÇÕES SOCIAIS	30
	DPP0030	ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		DPP0082	ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTENSÃO APLICADA III	120

Período	ESTRUTURA ANTIGA			ESTRUTURA NOVA		
	Código	Componente Curricular	CH	Código	Componente Curricular	CH
4º	DPP0040	ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	120	DPP0083	ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTENSÃO APLICADA IV	120

Período	ESTRUTURA ANTIGA			ESTRUTURA NOVA		
	Código	Componente Curricular	CH	Código	Componente Curricular	CH
5º				DPP0088	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	150
	DPP0046	PROJETO DE TCC	30	DPP0086	DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA	60
	DPP0050	ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	120	DPP0084	ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTENSÃO APLICADA V	120

Período	ESTRUTURA ANTIGA			ESTRUTURA NOVA		
	Código	Componente Curricular	CH	Código	Componente Curricular	CH
6º				DPP0091	GESTÃO MUNICIPAL E METROPOLITANA	30
				DPP0093	GESTÃO PARTICIPATIVA	30
	DPP0060	ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	120	DPP0085	ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTENSÃO APLICADA VI	120

Período	ESTRUTURA ANTIGA			ESTRUTURA NOVA		
	Código	Componente Curricular	CH	Código	Componente Curricular	CH
7º				DPP0100	PROJETO DE TCC	60
				DPP0090	VIVÊNCIAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	120
				DPP0098	MODELOS DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	60

Período	ESTRUTURA ANTIGA			ESTRUTURA NOVA		
	Código	Componente Curricular	CH	Código	Componente Curricular	CH
8º	DPP0047	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	30	DPP0107	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	90

6.4.3 PLANO DE MIGRAÇÃO

O Plano de Migração aponta para a inexistência de obrigatoriedade de migração pelos discentes que ingressaram no curso em momento anterior a 2018.2, conforme o artigo 12 das DCN. Desse modo, somente os ingressantes em 2018.2 cursarão, obrigatoriamente, a nova matriz curricular. Àqueles alunos ingressantes durante a vigência da matriz de 2014.2, caberá a opção por uma das duas estruturas curriculares de acordo com as Diretrizes Curriculares do Campo de Públicas.

O Plano de Migração do Curso de Gestão de Políticas Públicas (PM-GPP) prevê o percurso acadêmico a ser seguido pelos alunos que aderirem à nova matriz curricular, bem como aponta os impactos estruturais e de recursos humanos relativos à sua implementação (Anexo 7).

7 APOIO AO DISCENTE

O apoio ao discente se dá por meio das Orientações Acadêmicas, conforme Regulamento dos Cursos de Graduação da UFRN.

O *orientador acadêmico* será previamente indicado pelo Colegiado de Curso, observando o número mínimo (20 alunos) e máximo (60) de orientandos. Cabe ao professor orientador contribuir com a integração do estudante à vida universitária, inclusive observando o cumprimento da carga horária mínima para cada Eixo Formativo definido neste PPC. Nesse sentido, o aluno deve ser orientado quanto à sua programação acadêmica do curso, o que inclui matrículas, trancamentos e outros.

Em colaboração com a Coordenação e com o NDE, cabe ao orientador apresentar aos estudantes o Projeto Pedagógico do Curso e a estrutura universitária.

Nesse particular, é realizada no semestre de entrada de ingressantes, segundo semestres, a *Semana de Integração do Curso*, que se apresenta como

um espaço de apresentação do Curso, mas também de acolhimento por docentes, discentes e pessoal técnico com a realização de um conjunto de atividades.

Além da Semana, é realizado Seminários preparatórios e de avaliação dos semestres que permitem atualizar continuamente os discentes sobre o Curso e os aspectos de mudança e/ou de desafios a serem enfrentados de forma contínua pelos discentes e pela gestão do curso.

Esses espaços são importantes para o processo de integração acadêmica dos discentes, possibilitando ao mesmo um melhor planejamento do semestre.

Num esforço de melhoria da acessibilidade digital, o CGPP conta atualmente com a realização de diversos processos via seu portal on-line, disponível em: <<http://cchla.ufrn.br/dpp/gpp/>> e que permite integração com o Sigaa no acompanhamento de solicitações dos discentes. Destaca-se o processo de aproveitamento das Atividades Complementares de Curso que podem ser acessadas pelo portal e realizadas integralmente via digital. Além disso, é disponibilizado aos discentes acesso a diversas outras informações do Curso.

Para os alunos com Necessidades Educacionais Especiais, o orientador acadêmico e os docentes, bem como a Coordenação do Curso, deve buscar o apoio da *Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE)*.

Deve haver preocupação com a garantia de permanência do aluno em vulnerabilidade social, sendo de responsabilidade da Coordenação e do Orientador Acadêmico, a orientação aos discentes quanto às políticas de permanência desenvolvidas pela *Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE)*.

A UFRN disponibiliza vários editais visando atender as demandas sociais dos discentes como, por exemplo, bolsas de apoio técnico, auxílio creche, auxílio ao Restaurante Universitário, Residência Universitária, entre outros. Além disso, o DPP tem realizado esforços no sentido de ampliar, anualmente, o

número de bolsas de monitoria, extensão e pesquisa (Iniciação Científica), objetivando melhorar a qualidade da formação discente e, ao mesmo tempo, que contribui minimizar a vulnerabilidade social – em especial àqueles oriundos da escola pública.

Ressalta-se, além disso, que cabe à Coordenação promover o diálogo institucional entre as instâncias da Universidade que amparam o aluno em situação de vulnerabilidade ou que necessite de outra forma de apoio.

O Curso de Gestão de Políticas Públicas tem, no apoio à Empresa Júnior GESTARC, a preocupação com a formação e a inserção dos alunos no mercado de trabalho, podendo atuar institucionalmente, junto ao Departamento de Políticas Públicas, para consolidar a referida empresa.

Cabe à Coordenação e ao NDE, observando o já disposto neste PPC, sugerir eventuais políticas internas de inclusão e de apoio ao discente, à luz do Plano de Ação Trienal do Curso de Graduação (PATCG).

8 AVALIAÇÃO

8.1 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem

O processo de avaliação da aprendizagem e da assiduidade dos alunos, expressa por seu rendimento acadêmico, terá por base a Resolução nº 171/2013 - CONSEPE considerando-se as especificidades do curso, os objetivos, o perfil, às competências e habilidades desejadas para o formando.

A avaliação terá por base os conteúdos, a metodologia adotada e a natureza dos componentes curriculares e atividades - se teóricas, teórica-práticas ou práticas. No caso da atividade integradora de formação coletiva (Ateliês de Gestão de Políticas Públicas e Práticas de Extensão I a VI), por suas especificidades, o rendimento acadêmico será avaliado também por intermédio de trabalhos realizados em equipe.

Entretanto, todas as disciplinas oferecidas no CGPP é organizada em apenas uma unidade avaliativa, sendo o processo de avaliações de aprendizagem verificado de acordo com as habilidades e objetivos propostos no programa específico de cada componente curricular. Obedecendo as regulamentações da Resolução nº 171/2013 - CONSEPE, Cap. 1.

Em relação à assiduidade, o aluno deverá cumprir 75% da carga horária total da disciplina ou das atividades, conforme Resolução 171/2013-CONSEPE.

8.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso se dará sob dois viés, que é o de avaliação de sua gestão e o de avaliação do PPC.

Em relação ao viés de avaliação da sua gestão - envolvendo sua implementação e avaliação contínua – do Projeto Político Pedagógico do Curso caberá ao Colegiado do Curso e ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), considerando a Resolução n.124/2011 – CONSEPE e suas atualizações posteriores.

Essa gestão envolve também os professores, os alunos e pesquisadores envolvidos na estruturação do Curso. Nesse sentido, a realização dos Seminários de Preparação do Semestre e de Avaliação Semestral são de fundamentais importância nesse esforço.

Esses seminários, realizados pela Coordenação do CGPP, possibilitará acompanhar os desafios e identificar os ajustes necessários à correção de rumos e ao aperfeiçoamento do Curso.

Além dessas ações, a gestão do projeto de curso considerará os Planos Trienais do Curso GPP (PATCG) para enfrentamentos dos desafios contínuos com adoção de estratégias que possam repercutir pela melhoria contínua do curso ao longo do tempo, conforme a Resolução 181/2017 - CONSEPE.

Já, em relação ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC), este é avaliado permanentemente pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE). O NDE foi criado no segundo semestre de 2012, normatizado pela Resolução nº 124/2011 – CONSEPE, de 06 de setembro de 2011.

A avaliação do PPC deve, ademais, atender à Política de Melhoria da Qualidade dos Cursos de Graduação oferecidos pela UFRN, disposta na Resolução nº181/2017 – CONSEPE, de 14 de novembro de 2017.

Nesse contexto, cabe à Coordenação de Curso elaborar um Plano de Ação Trienal do Curso de Graduação (PATCG), juntamente ao NDE. Tal Plano Trienal é fundamentado no Projeto Pedagógico do Curso e na realização de um diagnóstico, orientado por relatórios de avaliações do curso, sejam estes de natureza interna ou externa, apoiados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFRN e pela PROGRAD, através da Diretoria de Desenvolvimento Pedagógico.

À luz do PATCG, cabe à Coordenação de Curso e ao NDE elaborar estratégias que repercutam na qualidade contínua do CGPP, como também elaborar relatório anual de monitoramento das estratégias propostas e dos impactos alcançados com sua realização e que tenha repercussão didático-pedagógicas. Os resultados do monitoramento e avaliação do curso devem ser discutidos anualmente na Semana de Avaliação e Planejamento anual, conforme define a Resolução nº 181/2017 – CONSEPE.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Doninha de. (Org.). *Projeto Político-Pedagógico*. EDUFRN / UFRN. Natal: 1999. (Coleção pedagógica, n. 1)

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Resolução CNE/CES 1/2014. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de janeiro de 2014 – Seção 1 – pp. 17-18.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação (2014/2024)- Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Brasília, 13.005 de 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>.

CARTA DE BRASÍLIA. 2013. Disponível em: <www.campodepublicas.files.wordpress.com/2013/04/carta-de-brasc3adlia-abril-de-2013-1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

COELHO, Fernando de S. Educação superior, formação de administradores e setor público: um estudo sobre a formação em administração pública — em nível de graduação — no Brasil. Tese (doutorado em administração pública e governo) — Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

GENTILI, Paulo (Org.). *Política educacional, cidadania e conquistas democráticas* – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

GOMES, S.; ALMEIDA, L.; SILVA, A.; MOURA, J. As promessas e desafios da formação do bacharel em gestão de políticas públicas na UFRN. In: ALMEIDA, L. e VENDRAMINI, P. (Orgs.). *Pionerismo, renovação e desafios: experiências do Campo de Públicas no Brasil*. Florianópolis: UDESC, 2017. 336 p.

LUCIO, M. L.; ALMEIDA, L. S. B.; SILVEIRA, R. M. C.. The Public Field in Brazil: Toward a multidisciplinary educational approach for the professional with multiple roles. *Teaching Public Administration (PRINT)*, v. 1, p. 1-13, 2017.

PNUD;IPEA;FJP. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. – Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013.

PIRES, V.; SILVA, S.; FONSECA, S.; COELHO, F. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. *Administração Pública e Gestão Social*, 6(3), jul-set 2014, 110-126.

SILVA, Maria Lúcia Santos Ferreira de. Projeto Político-Pedagógico: orientações para sua elaboração. PROGRAD / UFRN. Natal: 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Projeto Pedagógico Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas. (Bacharelado). Rio Grande do Norte, 2008 (atualizado em 06 de fevereiro de 2013)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. UFRN. Plano de Expansão e Reestruturação – REUNI / UFRN. Natal: 2008.

_____. Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação. RESOLUÇÃO Nº 171/2013-CONSEPE, de 5 de novembro de 2013. Natal: 2013.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. USP. Proposta de nova estrutura curricular de graduação em gestão de políticas públicas. Disponível em: <www.usp.gov.br>; Acesso em 23/4/2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. UFBA. Programa de capacitação profissional avançada em gestão pública. CPA – Gestor público. UFBA. Salvador: 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. UFRN. Regimento Interno do Núcleo Avançado de Políticas Públicas – NAPP.